

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.930
Preferenciais	7.887
Total	18.817
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	54.521	50.363
1.01	Ativo Circulante	14.136	8.170
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.700	4.074
1.01.03	Contas a Receber	2.966	2.945
1.01.03.01	Clientes	2.966	2.945
1.01.04	Estoques	3	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	854	800
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	854	800
1.01.07	Despesas Antecipadas	143	36
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	470	315
1.01.08.03	Outros	470	315
1.01.08.03.01	Serviços em curso	34	0
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	436	315
1.02	Ativo Não Circulante	40.385	42.193
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.896	7.800
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.924	1.924
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.924	1.924
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.972	5.876
1.02.01.09.08	Impostos e contribuições a recuperar - LP	53	51
1.02.01.09.09	Recebíveis de concessão de serviço público (indenização)	5.919	5.825
1.02.04	Intangível	32.489	34.393
1.02.04.01	Intangíveis	32.489	34.393
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	32.489	34.393

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	54.521	50.363
2.01	Passivo Circulante	11.192	9.395
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.001	226
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.001	226
2.01.02	Fornecedores	405	681
2.01.03	Obrigações Fiscais	595	1.877
2.01.05	Outras Obrigações	9.191	6.611
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.392	2.417
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.392	2.417
2.01.05.02	Outros	6.799	4.194
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.374	2.420
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	1.219	1.516
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	206	258
2.02	Passivo Não Circulante	224	177
2.02.02	Outras Obrigações	224	177
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	59	56
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	59	56
2.02.02.02	Outros	165	121
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	151	107
2.02.02.02.05	Outros a pagar	14	14
2.03	Patrimônio Líquido	43.105	40.791
2.03.01	Capital Social Realizado	30.916	30.916
2.03.04	Reservas de Lucros	5.689	9.875
2.03.04.01	Reserva Legal	5.689	5.689
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	4.186
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.500	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.560	15.390	4.560	15.743
3.01.01	Receita Bruta	5.878	16.689	5.245	17.736
3.01.06	(-) Deduções da Receita Bruta	-318	-1.299	-685	-1.993
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.427	-7.327	-1.557	-7.310
3.03	Resultado Bruto	3.133	8.063	3.003	8.433
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-114	-1.237	-234	-1.404
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-114	-1.237	-234	-1.404
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.019	6.826	2.769	7.029
3.06	Resultado Financeiro	179	320	390	1.199
3.06.01	Receitas Financeiras	218	449	515	1.373
3.06.02	Despesas Financeiras	-39	-129	-125	-174
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.198	7.146	3.159	8.228
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-246	-646	-882	-2.597
3.08.01	Corrente	-246	-646	-882	-2.597
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.952	6.500	2.277	5.631
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.952	6.500	2.277	5.631
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,27008	0,59469	0,20833	0,51519
3.99.01.02	PNA	1,51049	3,32481	1,16471	2,88031
3.99.01.03	PNB	0,49764	1,09575	0,38385	0,94926

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.860	131
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.052	9.976
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes dos Impostos	7.146	8.228
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.906	1.748
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.192	-9.845
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-21	-2.407
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-56	-984
6.01.02.03	Estoques	-3	0
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-107	95
6.01.02.05	Recebíveis de Concessão de Serviço Público	-94	-120
6.01.02.06	Outros Ativos	-155	-361
6.01.02.07	Fornecedores	-276	-202
6.01.02.08	Salários e encargos a pagar	775	294
6.01.02.09	Taxas regulamentares	-253	346
6.01.02.10	Impostos e contribuições sociais a recolher	-1.928	-8.882
6.01.02.11	Coligadas e controladas	-22	124
6.01.02.12	Outros passivos	-52	2.252
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2	-1.988
6.02.02	Aquisição de intangível	-2	-1.988
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.232	-3.731
6.03.01	Pagamento de dividendos	-1.232	-3.731
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.626	-5.588
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.074	8.105
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.700	2.517

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	30.916	0	9.875	0	0	40.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	30.916	0	9.875	0	0	40.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.186	0	0	-4.186
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.186	0	0	-4.186
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.500	0	6.500
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.500	0	6.500
5.07	Saldos Finais	30.916	0	5.689	6.500	0	43.105

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	30.916	0	8.617	0	0	39.533
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	30.916	0	8.617	0	0	39.533
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.298	-544	0	-3.842
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.298	0	0	-3.298
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-544	0	-544
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.631	0	5.631
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.631	0	5.631
5.07	Saldos Finais	30.916	0	5.319	5.087	0	41.322

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	16.689	17.736
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.689	17.736
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.771	-7.147
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.771	-7.147
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.918	10.589
7.04	Retenções	-1.906	-1.748
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.906	-1.748
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.012	8.841
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	449	1.373
7.06.02	Receitas Financeiras	449	1.373
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.461	10.214
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.461	10.214
7.08.01	Pessoal	2.053	169
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.723	73
7.08.01.02	Benefícios	105	87
7.08.01.03	F.G.T.S.	136	5
7.08.01.04	Outros	89	4
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.775	4.192
7.08.02.01	Federais	1.775	4.192
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	133	222
7.08.03.01	Juros	129	174
7.08.03.02	Aluguéis	4	48
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.500	5.631
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	544
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.500	5.087

Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1. RESULTADO DO PERÍODO

	3º trimestre		Variação	
	01/07/2011 A 30/09/2011	01/07/2010 A 30/09/2010	R\$ mil	%
Receita Bruta	5.878	5.245	633	12,1%
Deduções da Receita Bruta	(318)	(685)	367	-53,6%
Receita Líquida	5.560	4.560	1.000	21,9%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.427)	(1.557)	(870)	55,8%
Resultado Bruto	3.133	3.003	130	4,3%
Despesas com vendas/gerais e administrativas	(114)	(234)	120	-51,3%
Resultado do Serviço	3.019	2.769	250	9,0%
(-) Amortização / Depreciação	632	569	63	11,1%
EBITDA	3.651	3.338	313	9,4%
Resultado Financeiro	179	390	(211)	-54,1%
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	-	0,0%
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	3.198	3.159	39	1,2%
IR e CSLL	(246)	(882)	636	-72,1%
Lucro do Período	2.952	2.277	675	29,7%

A Companhia apresentou no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 um lucro líquido de R\$ 2.952, representando um aumento de R\$ 675 (29,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Segue abaixo, as principais variações entre os dois trimestres.

1.1.1. RECEITA BRUTA

	3º trimestre		Variação	
	01/07/2011 A 30/09/2011	01/07/2010 A 30/09/2010	R\$ mil	%
Receita Bruta				
Fornecimento de energia elétrica	5.784	5.274	510	9,7%
Energia Elétrica Curto Prazo – CCEE	-	(44)	44	-100,0%
Receita de Construção	94	15	79	526,7%
Total	5.878	5.245	633	12,1%

O aumento na receita bruta deve-se, principalmente pela receita com fornecimento de energia elétrica, cuja tarifa sofreu um acréscimo de 10,61% em comparação à tarifa do mesmo período do exercício anterior.

Comentário do Desempenho

1.1.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º trimestre		Variação	
	01/07/2011 A 30/09/2011	01/07/2010 A 30/09/2010	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não-Gerenciáveis:				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(75)	(201)	126	-62,7%
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(176)	(401)	225	-56,1%
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(24)	(29)	5	-17,2%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(107)	-	(107)	0,0%
Outorga da concessão pela utilização do bem público	-	-	-	0,0%
	(382)	(631)	249	-39,5%
Custos e Despesas Gerenciáveis:				
Pessoal e Administradores	(482)	(5)	(477)	10209,1%
Material	(5)	(22)	17	-77,3%
Combustível para produção de energia	-	-	-	0,0%
Serviços de Terceiros	(880)	(856)	(24)	2,8%
Amortização / Depreciação	(632)	(569)	(63)	11,1%
Provisões Líquidas – PCLD	-	-	-	0,0%
Provisões Líquidas – Contingências	-	-	-	0,0%
Custo de Construção	(94)	(15)	(79)	526,7%
Outros	(66)	307	(373)	-121,5%
	(2.159)	(1.160)	(999)	86,1%
Total	(2.541)	(1.791)	(750)	41,9%

Os custos e despesas operacionais sofreram um aumento de R\$ 750 (41,9 %) quando comparado ao mesmo período de 2010. As principais variações no período que contribuíram para este aumento foram:

- Aumento com gasto de Pessoal no período em 2011,
- Compensação Financeira sobre Recursos Hídricos – CFRH, ref. a cobrança da ANEEL sobre a usina Alto Fêmeas, a partir de julho/2011.

1.1.3. RESULTADO FINANCEIRO

	3º trimestre		Variação	
	01/07/2011 A 30/09/2011	01/07/2010 A 30/09/2010	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	218	515	(297)	-57,7%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos)	(39)	(125)	86	-68,9%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	0,0%
Total	179	390	(211)	-82,6%

O Resultado Financeiro sofreu redução de R\$ 211 (-82,6 %) quando comparado ao mesmo período de 2010, devido, principalmente, ao rendimento de aplicações financeiras, pois o valor médio aplicado no período de julho a setembro do ano anterior era maior que o valor médio aplicado no mesmo período de 2011.

Comentário do Desempenho

1.1.4. PRINCIPAIS INDICADORES

<u>Indicadores Empresariais</u>	<u>01/01/2011 A 30/09/2011</u>	<u>01/01/2010 A 30/09/2010</u>	<u>Variação % 2011/2010</u>
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	16.689	17.736	-5,90%
Receita Operacional Líquida	15.390	15.743	-2,24%
EBITDA	8.732	8.777	-0,51%
Resultado do Serviço	6.826	7.029	-2,89%
Resultado Financeiro sem Juros Sobre Capital Próprio	320	1.199	-73,31%
Lucro Líquido	6.500	5.631	15,44%
Margem EBITDA (%)	56,74%	55,75%	0,99%
Margem Operacional (%)	44,35%	44,65%	-0,29%
Margem Líquida (%)	42,24%	35,77%	6,47%
Indicadores Financeiros			
	<u>01/01/2011 A 30/09/2011</u>	<u>01/01/2010 A 31/12/2010</u>	
Ativo Total	54.521	50.363	8,3%
Dívida Bruta	-	-	0,0%
Patrimônio Líquido	43.105	40.791	5,7%
Investimentos	-	-	0,0%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	-	-	0,0%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	-	-	0,0%
Dívida de Curto Prazo Líquida / Dívida Total Líquida	-	-	0,0%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,791	0,810	-2,4%
(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.			
Conciliação EBITDA			
	<u>01/01/2011 A 30/09/2011</u>	<u>01/01/2010 A 30/09/2010</u>	<u>Variação % 2011/2010</u>
Lucro líquido	6.500	5.631	15,4%
Despesas financeiras	129	174	-25,9%
Receitas financeiras	(449)	(1.373)	-67,3%
Imposto de renda	646	2.597	-75,1%
Amortização / Depreciação	1.906	1.748	9,0%
EBITDA	8.732	8.777	-0,5%

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS - R\$ Mil	<u>Nota</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u> (reclassificado)
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.700	4.074
Contas a receber de clientes e outros	4	2.966	2.945
Impostos e Contribuições a recuperar	5	854	800
Estoques		3	-
Despesas pagas antecipadamente		143	36
Serviços em curso		34	-
Outros ativos circulantes		436	315
TOTAL DO CIRCULANTE		14.136	8.170
NÃO CIRCULANTE			
Recebíveis de Concessão de Serviço Público	6	5.919	5.825
Impostos e Contribuições a recuperar	5	53	51
Coligadas e controladas	16	1.924	1.924
Intangível	7	32.489	34.393
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		40.385	42.193
TOTAL DO ATIVO		54.521	50.363
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	405	681
Salários e encargos a pagar	9	1.001	226
Taxas regulamentares	10	1.219	1.516
Impostos e Contribuições a recolher	5	595	1.877
Dividendos e Juros sobre capital proprio	11	5.374	2.420
Coligadas e controladas	16	2.392	2.417
Outros passivos circulantes		206	258
TOTAL DO CIRCULANTE		11.192	9.395
NÃO CIRCULANTE			
Taxas regulamentares	10	151	107
Coligadas e controladas	16	59	56
Outros passivos não circulantes		14	14
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		224	177
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	12	30.916	30.916
Reservas de Lucro		5.689	5.689
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		-	4.186
Lucro/Prejuízo acumulado		6.500	-
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		43.105	40.791
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		54.521	50.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - R\$ Mil	<u>Nota</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/10</u>
RECEITA BRUTA	13	16.689	17.736
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	14	(1.299)	(1.993)
RECEITA LÍQUIDA		15.390	15.743
CUSTO DO SERVIÇO	15	(7.327)	(7.310)
LUCRO BRUTO		8.063	8.433
Despesas gerais e administrativas	15	(1.237)	(1.404)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		6.826	7.029
Receita financeira		449	1.373
Despesa financeira		(129)	(174)
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS		7.146	8.228
Imposto de renda e contribuição social Corrente		(646) (646)	(2.597) (2.597)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.500	5.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - R\$ Mil**

	30/09/11	30/09/10
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	7.146	8.228
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	1.906	1.748
	<u>9.052</u>	<u>9.976</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(21)	(2.407)
Recebíveis de Concessão de Serviço Público	(94)	(120)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(56)	(984)
Estoques	(3)	-
Despesas pagas antecipadamente	(107)	95
Outros Ativos	(155)	(361)
	<u>(436)</u>	<u>(3.777)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(276)	(202)
Salários e encargos a pagar	775	294
Taxas regulamentares	(253)	346
Impostos e contribuições sociais a recolher	(1.928)	(8.882)
Coligadas e Controladas	(22)	124
Outras passivos	(52)	2.252
	<u>(1.756)</u>	<u>(6.068)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	<u>6.860</u>	<u>131</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.232)	(3.731)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(1.232)</u>	<u>(3.731)</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(2)	(1.988)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(2)</u>	<u>(1.988)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
Caixa e equivalentes no início do exercício	4.074	8.105
Caixa e equivalentes no final do exercício	9.700	2.517
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>5.626</u>	<u>(5.588)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - R\$ Mil**

	30/09/11	30/09/10
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	16.689	17.736
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(218)	(244)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(859)	(981)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(3.694)	(5.922)
	<u>(4.771)</u>	<u>(7.147)</u>
Valor adicionado bruto	11.918	10.589
Depreciação e amortização	(1.906)	(1.748)
Valor adicionado líquido	<u>10.012</u>	<u>8.841</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	449	1.373
	<u>449</u>	<u>1.373</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>10.461</u></u>	<u><u>10.214</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	1.195	33
Encargos sociais (exceto INSS)	136	5
Entidade de previdência privada	66	59
Auxílio alimentação	2	22
Convênio assistencial e outros benefícios	2	2
Provisão para férias e 13º salário	360	37
Plano de saúde	35	4
Indenizações trabalhistas	-	1
Participação nos resultados	168	2
Outros	89	4
Subtotal	<u>2.053</u>	<u>169</u>
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	446	15
PIS/COFINS sobre faturamento	609	1.446
Imposto de renda e contribuição social	646	2.598
Outros	74	133
Subtotal	<u>1.775</u>	<u>4.192</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	129	174
Aluguéis	4	48
Subtotal	<u>133</u>	<u>222</u>
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	-	544
Lucro / Prejuízos	6.500	5.087
Subtotal	<u>6.500</u>	<u>5.631</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>10.461</u></u>	<u><u>10.214</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. (“Afluente-G” ou “Companhia”, anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.), companhia de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A, foi constituída em 31 de agosto de 2005, originalmente atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal, conforme estabelece a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004, e em atendimento a cláusula 12ª. do Contrato de Concessão nº. 010, firmado entre a COELBA e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 06 de agosto de 1997, bem como em atenção a Resolução Autorizativa nº. 306, de 05 de setembro de 2005, que anui com a versão patrimonial e conseqüente transferência das concessões de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária. A seguir demonstramos as características de cada usina geradora da Companhia:

<u>Geração</u>	<u>Tipo de Usina</u>	<u>Localidade</u>	<u>Capacidade Instalada (MW)*</u>	<u>Data da Concessão</u>	<u>Data do Vencimento</u>
Correntina	Hidrelétrica	Correntina	8	06/08/1997	8/8/2027
Alto Fêmeas	Hidrelétrica	São Desidério	9,9	06/08/1997	8/8/2027

Em 15 de janeiro de 2009 a Companhia celebrou com a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente-T”, anteriormente denominada Imanisse Participações S.A.) Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica (“Reestruturação Societária”), anteriormente exercidas integralmente pela Companhia. A cisão parcial e a conseqüente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T tiveram como data-base 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa n.º 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão, da Companhia, com a versão de todos os ativos de transmissão, descritos no Contrato de Concessão de Transmissão, e passivos a ele vinculados, para a Afluente-T.

Em 29 de dezembro de 2009 a Assembléia Geral Extraordinária da Afluente-G aprovou o Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, a redução do capital social da Afluente-G em R\$ 63.085, em virtude do acervo líquido vertido deduzido da parcela de reserva legal no montante de R\$ 1.085, e o novo objeto social da Companhia em virtude da cisão parcial.

Atualmente a Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, (ii) atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração de energia pertencente ao Estado, à União ou ao Município, prestar serviços técnicos de sua especialidade; (iii) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista; (iv) formar consórcios ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial; (v) explorar a concessão do Serviço Público de Geração.

Notas Explicativas

O Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da Companhia determina que todas as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial fossem diretamente alocadas e/ou apropriadas à Afluente-G ou à Afluente-T, conforme digam respeito, respectivamente às atividades de geração ou transmissão de energia elétrica. Conseqüentemente, em 21 de janeiro de 2010 foi emitido Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Afluente-G na data-base 29 de dezembro de 2009, detalhando o patrimônio líquido contábil da Afluente-G antes e após a cisão parcial dos seus ativos e passivos para a Afluente-T, bem como as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial, após aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela Administração da companhia cindida.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das informações trimestrais encontram-se descritas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 24 de outubro de 2011, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	19	27
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	28	23
Fundos de investimento	<u>9.653</u>	<u>4.024</u>
	<u>9.700</u>	<u>4.074</u>

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou realização.

Notas Explicativas

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. CONTAS A RECEBER

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica ao contrato de prestação de serviços e ao aluguel de instalações.

	30/09/11		31/12/10	
			(Reclassificado)	
Títulos a Receber - Partes relacionadas	1.888		1.762	
Títulos a Receber	1.078		1.183	
Total	2.966		2.945	

	Saldos		Vencidos		Total	
	Vincendos		Até 90 dias	Mais 90 dias	30/09/11	31/12/10
Setor Público	-	-	-	-	-	23
Setor Privado	2.656	-	-	310	2.966	2.922
Total	2.656	-	-	310	2.966	2.945

A necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é analisada de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL, e após criteriosa análise das suas contas a receber. A Companhia julga não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

- Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	30/09/11	31/12/10
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	24	-
Contribuição Social - CSLL	(a)	218	201
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	43	39
Programa de Integração Social - PIS		84	82
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		388	381
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		97	97
		854	800
Não-Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	53	51
		53	51
Total		907	851

Notas Explicativas

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar.

- Impostos e Contribuições a Recolher

	30/09/11	31/12/10
Circulante		
Imposto de Renda - IR	166	1.238
Contribuição Social - CSLL	99	439
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	9	8
Programa de Integração Social - PIS	12	18
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	57	83
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	139	11
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	58	20
Imposto sobre Serviços - ISS	37	40
Outros	18	20
Total	595	1.877

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2011 e 2010.

	30/09/11		30/09/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	7.146	7.146	8.228	8.228
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>1.787</u>	<u>643</u>	<u>2.057</u>	<u>741</u>
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
JSCP	-	-	(136)	(50)
Multas Indedutíveis	-	-	2	1
Subtotal Adições	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(134)</u>	<u>(49)</u>
(-) Exclusões				
Efeito Regime Lucro Presumido	(1.360)	(424)	-	-
Outras Exclusões	-	-	(18)	-
Subtotal Exclusões	<u>(1.360)</u>	<u>(424)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>427</u>	<u>219</u>	<u>1.905</u>	<u>692</u>

Notas Explicativas

6. RECEBÍVEIS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (INDENIZAÇÃO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem deve vender a energia gerada;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à capacidade de energia contratada entregue.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de fornecimento de energia ao mercado cativo.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 8); e

(c) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de direta ou indiretamente entregar caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição tarifa de cobrança (RAP) pelo uso da rede de transmissão, descontados a taxa efetiva de juros.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue ao sistema (emissão do faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) no período findo em 30 de setembro de 2011, está assim representada:

Saldos em 31 de dezembro de 2010:	<u>5.825</u>
Adições	94
Saldos em 30 de setembro de 2011:	<u>5.919</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

7. INTANGÍVEL

	30/9/2011			31/12/10
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>Em serviço</u>				
Direito de Uso da Concessão	73.970	(45.537)	28.433	30.337
<u>Em curso</u>				
Direito de Uso da Concessão	4.056		4.056	4.056
Total	<u>78.026</u>	<u>(45.537)</u>	<u>32.489</u>	<u>34.393</u>

	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	73.970	(43.633)	30.337	4.056	4.056	34.393
Amortização	-	(1.904)	(1.904)	-	-	(1.904)
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>73.970</u>	<u>(45.537)</u>	<u>28.433</u>	<u>4.056</u>	<u>4.056</u>	<u>32.489</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

- Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação do seu ativo em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

8. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é como segue:

Fornecedores	30/09/11	31/12/10
Energia Elétrica:		
Terceiros	140	107
Partes Relacionadas	89	3
Subtotal	229	110
Encargos de Uso da Rede - Partes Relacionadas	-	109
Materiais e Serviços	176	462
Total	405	681

Notas Explicativas

9. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u> (Reclassificado)
Salários	477	-
Encargos sociais	57	-
Provisões Férias e 13º salário	295	83
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13º salário	8	-
Provisão PLR	143	143
Outros	21	-
Total	<u>1.001</u>	<u>226</u>

10. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u> (Reclassificado)
Reserva Global de Reversão – RGR	91	105
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	396	656
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	192	325
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	634	529
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	8	8
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	49	-
Total	<u>1.370</u>	<u>1.623</u>
Circulante	1.219	1.516
Não Circulante	151	107

11. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias “Classe A”. O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

A formação dos saldos em 30 de setembro de 2011 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.420
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	4.186
Pagos no período	<u>(1.232)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>5.374</u>

Notas Explicativas

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2011 é 30.916.

A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (MIL)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	9.812	89,8	786	40,2	5.932	100,0	16.530	87,8
Iberdrola Energia	559	5,1	1.039	53,1	-	-	1.598	8,5
PREVI	332	3,0	99	5,1	-	-	431	2,3
Outros	227	2,1	31	1,6	-	-	258	1,4
Total	10.930	100,0	1.955	100,0	5.932	100,0	18.817	100,0

Acionistas	R\$ (MIL)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	16.120	89,8	1.291	40,2	9.746	100,0	27.157	87,8
Iberdrola Energia	917	5,1	1.709	53,1	-	-	2.626	8,5
PREVI	545	3,0	164	5,1	-	-	709	2,3
Outros	376	2,1	48	1,6	-	-	424	1,4
Total	17.958	100,0	3.212	100,0	9.746	100,0	30.916	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. Às ações preferenciais de ambas as classes, que não terão direito de voto, fica assegurada, na forma da lei, prioridade no reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido das ações, no caso de liquidação da companhia, ficando assegurado ainda (i) às ações preferenciais “Classe A” prioridade na distribuição de dividendos mínimos, no valor de 10% sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; e (ii) às ações preferenciais “Classe B”, prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

13. RECEITA BRUTA

	Ref.	30/9/2011	30/9/2010
Fornecimento de Energia	(a)	16.497	15.628
Receita de operação e manutenção		16.497	15.628
Câmara de Comercialização de Energia - CCCE	(b)	98	-
Receita de Construção	(c)	94	2.108
Total		16.689	17.736

Notas Explicativas

(a) Fornecimento de energia

	Nº de clientes faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Fornecimento	2	1	111.401	111.401	16.497	15.628
Total	2	1	111.401	111.401	16.497	15.628

(b) Remuneração destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

(c) Receita de construção conforme ICPC 01, corresponde a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no período.

14. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Deduções da Receita Bruta	30/09/11	30/09/10
Impostos:		
PIS (*)	(109)	(258)
COFINS (*)	(500)	(1.188)
Encargos Setoriais:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(537)	(501)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(153)	(46)
Total	(1.299)	(1.993)

(*) A variação do valor apurado de PIS e COFINS se deu, pois no exercício de 2010 a Companhia era tributada pelo Lucro Real, sendo o PIS e a COFINS apurados pelo regime não cumulativo, cujas alíquotas são de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Em 2011 a Companhia optou pela tributação através do Lucro Presumido, cujas alíquotas de PIS e COFINS são de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

Notas Explicativas

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos / Despesas	30/09/11			30/09/10
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(1.993)	(440)	(2.433)	(125)
Entidade de previdência privada	(48)	(18)	(66)	(59)
Material	(9)	-	(9)	(100)
Serviços de terceiros	(1.908)	(692)	(2.600)	(2.809)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(72)	-	(72)	(82)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(107)	-	(107)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(218)	-	(218)	(244)
Encargos de uso do sistema transmissão	(859)	-	(859)	(981)
Depreciação e amortização	(1.899)	(7)	(1.906)	(1.748)
Arrendamentos e alugueis	(2)	(2)	(4)	(48)
Tributos	(10)	(64)	(74)	(134)
Custo de construção	(94)	-	(94)	(2.108)
Outros	(108)	(14)	(122)	(276)
Total custos / despesas	(7.327)	(1.237)	(8.564)	(8.714)

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/11			31/12/10		30/09/10
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	5.221	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	1	-	-	5	-
		Outras	-	5	-	-	-	-
			<u>-</u>	<u>5.227</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>-</u>
Coelba	(a)	Energia fornecida	1.886	-	16.498	1.762	-	15.589
		Prestação de serviço	-	-	(8)	-	-	-
	(b)	Uso da Rede	-	88	(993)	-	109	(944)
			<u>1.886</u>	<u>88</u>	<u>15.497</u>	<u>1.762</u>	<u>109</u>	<u>14.645</u>
Termopernambuco		Outras	<u>2</u>	-	-	-	-	-
			<u>2</u>	-	-	-	-	-
Itapebi		Aluguel/Comodato	-	-	-	-	-	(3)
		Energia fornecida	-	-	-	-	-	-
		Prestação de serviço	1.924	-	(3)	1.924	-	-
		Outras	-	54	-	-	-	-
		<u>1.924</u>	<u>54</u>	<u>(3)</u>	<u>1.924</u>	-	<u>(3)</u>	
NC Energia		Energia comprada	-	1	(15)	-	-	(12)
		Outras	-	3	-	-	-	-
			<u>-</u>	<u>4</u>	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>
Afluente Transmissão	(c)	Outras	-	2.389	-	-	2.322	-
			<u>-</u>	<u>2.389</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.322</u>	<u>-</u>
Outras		Dividendos	-	152	-	-	-	-
			<u>-</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Cobrança pelo fornecimento de energia.
- (b) Cobrança autorizada pela ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP e gastos com sistema de distribuição.
- (c) Valores rateados e pagos pela coligada Afluente Transmissão a serem reembolsados. Os valores referem-se a despesas diversas.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações gerais:

Atualmente, a Companhia não possui operações com derivativos em aberto. Em 30 de setembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Contas a receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	Categoria	Ativos (Passivos)			
		30/09/11		31/12/10	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Mantido para negociação	9.700	9.700	4.074	4.074
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	2.966	2.966	2.945	2.945
Recebíveis de Consessão de Serviço Público	Empréstimos e recebíveis	5.919	5.919	5.825	5.825
Passivo					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(405)	(405)	(681)	(681)

Notas Explicativas

Fatores de Risco:

- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
<u>30/9/2011</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	(0,2500)	(2.420)	(2.420)
<u>31/12/2010</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	(1,4000)	(3.476)	(3.476)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada. Este risco é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4